



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO PARANÁ - COMARCA DE PONTA GROSSA
2ª VARA CRIMINAL DE PONTA GROSSA – PROJUDI
Rua Doutor Leopoldo Guimarães da Cunha, 590 - Oficinas - Ponta Grossa/PR - CEP: 84.035-310 Fone: (42) 3309-1600 -
E-mail: pg-6vj-s@tjpr.jus.br

EDITAL DE LEILÃO ELETRÔNICO E DE INTIMAÇÃO

Pelo presente Edital de Leilão Eletrônico o Excelentíssimo Doutor Gilberto Romero Perito - Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Ponta Grossa – Paraná, FAZ SABER a todos quantos este virem ou dele tiverem conhecimento que fica designado leilão eletrônico do (s) bem(ns) abaixo descrito(s) e avaliado(s), cujo certame será pela forma eletrônica nos termos do artigo 61 e parágrafos da Lei nº 11.343/2006 e c/c § 6º do artigo 887 do CPC, com nas seguintes condições:

Primeiro e Segundo Leilão: Abertura do sistema as 14h (quatorze) horas do dia **21/06/2024** com encerramento no as 14h (quatorze) horas do dia **28/06/2024**, no sistema eletrônico disponibilizado no sítio www.vMLEILOES.COM.BR, oportunidade que o(s) bem (ns) será (ão) apregoado(s), eletronicamente, e captado e declarado vencedor o maior lance, desde que seja igual ou superior ao valor da avaliação.

Leiloeiro Público: Jair Vicente Martins, Leiloeiro Público Oficial inscrito na JUCEPAR sob nº 609, administrador do sítio: www.vMLEILOES.COM.BR, que será responsável pela oferta pública nos processos adiantes reunidos nos termos do § 6º do artigo 887 do CPC.

EDITAL: 01/2024

AUTOS: 0035126-67.2022.8.16.0019

EXEQUENTE: Ministério Público do Estado do Paraná – CNPJ: 78.206.307/0001-30

EXECUTADO: Eduardo Henrique da Silva – CPF: 088.470.239-12

BEM(NS): Um veículo GM Celta, 1.0, Spiriti, 8V, cor prata, placas HBS 8200, ano/modelo 2004/2005, com pintura queimada, e alguns pontos de trinca, grade dianteira quebrada, retrovisor direito quebrado, porta lado esquerdo não fecha totalmente devido avarias, interior com bancos rasgados e alguns componentes em falta, pneus ruins, placa dianteira adulterada, veículo em mal estado de conservação e uso. SUCATA

AVALIAÇÃO: R\$ 1.800,00 em 03/2023.

DEPOSITÁRIO: Público

ÔNUS: O Bem deverá ser leiloado a título de “sucata”, o procedimento observará as diretrizes legais informadas pelo leiloeiro, eis que será destinado exclusivamente à desmontagem, evitando-se que seja novamente colocado em circulação. Nestas condições, aplica-se o § 3º de tal resolução, podendo participar do leilão apenas os interessados que de fato pratiquem atividades de desmontagem de veículos e que estejam devidamente cadastrados no Detran/PR, nos moldes da Portaria nº 36/2020

Fica desde logo intimado o executado, por intermédio de seu advogado, pela publicação do presente Edital pelos meios ordinários, pela publicação no edital na página www.vMLEILOES.COM.BR, e pela publicidade realizada pelo Sr. Leiloeiro através de panfletos impressos, e anúncios em jornal e rádio, redes sociais e que venham a ser adotadas pelo Leiloeiro que serão considerados meios idôneos, tudo com o objetivo de dar a mais ampla publicidade da alienação, estando o Leiloeiro autorizado, inclusive, a divulgar fotografias do(s) bem(ns) penhorado(s), nos termos do inciso I, do artigo 889 e § 2º do artigo 887 do Código de Processo Civil/2015 e demais diretrizes da Lei nº 11.343/2006, bem como o artigo 61 e parágrafos da Lei nº 11.343/2006.

Observações: **1)** O usuário interessado em participar da alienação judicial eletrônica, por meio da rede mundial de computadores, deverá obrigatoriamente se cadastrar previamente no site respectivo, ressalvada a competência do juízo da execução para decidir sobre eventuais impedimentos. **2)** O cadastro deverá ser feito em 24h (vinte e quatro) horas antes de abertura do sistema, e para cadastramento o usuário obrigatoriamente deverá aderir aos termos contidos no sistema, através da página na rede mundial de computadores (www.vMLEILOES.COM.BR), cujas regras integram este Edital de Leilão. **3)** O uso da ferramenta, através de “login” e “senha” pessoais e intransferível vincula o licitante aos termos do Edital de Leilão, ao Contrato de Adesão, às Condições de Venda, além de todas as disposições legais aplicáveis à espécie, inclusive sanções na esfera civil e criminal por danos à execução e a dignidade da Justiça. **4)** Eventuais divergências e litígios advindos do uso do sistema disponibilizado pelo Leiloeiro Público serão dirimidas pelo Juízo da Execução, segundo as circunstâncias de cada caso. **5)** O cadastramento será gratuito e constituirá requisito indispensável para a participação na alienação judicial eletrônica, responsabilizando-se o usuário, civil e criminalmente, pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento; **6)** Não se admite propostas se não as lançadas na plataforma eletrônica, com exceção das eventuais propostas escritas para aquisição de imóveis de forma parcelada, nos termos do inciso I e II do artigo 895 do CPC, cujas propostas deverão ser encaminhadas de forma escrita para o Leiloeiro nos endereços de sua sede ou através do e-mail atendimento@vMLEILOES.COM.BR; **6.1)** A proposta à vista prefere à proposta parcelada; **6.2)** É do proponente o ônus de fazer chegar a proposta de aquisição parcelada aos cuidados do Leiloeiro no tempo previsto em lei; **7)** Declarado vencedor um licitante o sistema emitirá aviso de lance vencedor, com o símbolo de arremate, encerrará a fase de lances, e emitirá Auto de Arrematação Eletrônico, e Guia de Depósito judicial, e guia para pagamento da comissão que serão encaminhadas ao endereço eletrônico informado pelo licitante vencedor por ocasião de seu cadastro; **8)** O licitante deverá quitar a guia de depósito, acrescido da comissão de leilão e comprovar o pagamento encaminhando comprovantes para o e-mail atendimento@vMLEILOES.COM.BR; sob pena de responder nos termos da lei e do contrato de adesão; **9)** O Leiloeiro prestará atendimento telefônico em todo tempo através dos canais disponibilizados no sítio sob sua administração, bem como atendimento presencial nas 24h (vinte e quatro) horas que antecedem o encerramento das respectivas hastas públicas, e se possível diligenciará para a visita dos bens; **10)** Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para a alienação judicial eletrônica. **11)** Nos termos do § 13 do artigo 61 da Lei 11.382/2006, na alienação de veículos, embarcações ou aeronaves, o arrematante é isento do pagamento de multas, encargos e tributos anteriores, sem prejuízo de execução fiscal em relação ao antigo proprietário. **12)** Fica a cargo do arrematante o pagamento do percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor do bem arrematado, conforme disposição do Decreto Lei n. 21.981 de 19/10/1932, parágrafo único, a título de comissão, bem como o pagamento das custas judiciais para os casos de bens que dependem de emissão de Carta de Arrematação para transferência de propriedade. **13)** As demais determinações do Juízo estão disponíveis no despacho que determina a forma de alienação eletrônica, disponível nos respectivos autos eletrônicos de cada execução deste edital, que tem dispositivo para acesso público.

E para que chegue ao conhecimento de todos o presente edital valerá da data de sua publicação e será afixado no local de costume desta Vara. Ponta Grossa, 06 de junho de 2024.